Proc. TC-017.335/2016-7
Tomada de Contas Especial (Recurso de Reconsideração)

PARECER

Cuidam os autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) contra o Sr. Irã Monteiro Costa, ex-prefeito de Central do Maranhão/MA (gestão 2009-2012), em razão da omissão no dever de prestar contas de recursos transferidos ao município pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) no exercício de 2010.

Examina-se, nessa fase processual, recurso de reconsideração interposto pelo ex-prefeito (peças 33-35) contra o Acórdão 2010/2018-1ª Câmara (peça 21), por meio do qual o Tribunal julgou irregulares as contas do responsável revel, condenando-o à devolução do valor total transferido e ao pagamento da multa prevista no artigo 57 da Lei 8.443/1992.

Ao analisar a admissibilidade do pleito na instrução que integra a peça 36, a SERUR propõe o não conhecimento do recurso, por entender que o apelo é intempestivo e não apresenta fatos novos.

Não obstante a correção do exame realizado pela Unidade Técnica, pensamos que o processo comporta encaminhamento diverso, senão vejamos.

Estando os autos nesse Gabinete aguardando a intervenção regimental do MP/TCU, foi autuado o Ofício 0851/2018-SECEX-PI (peça 42), por meio do qual o responsável foi mais uma vez notificado acerca do acórdão recorrido. Embora o ofício seja datado de 19/06/2018 (anterior, portanto, à manifestação da SERUR de 28/06/2018), sua autuação se deu somente em 17/07/2018, após a derradeira instrução da Unidade Técnica. Segundo consta no AR correspondente, o ofício foi entregue no endereço residencial do ex-prefeito (peça 32) em 02/08/2018 (peça 47). Em 17/08/2018, como consequência dessa notificação, o responsável autuou novo recurso de reconsideração contra o referido acórdão (peças 43-46).

Ainda que nenhuma informação tenha sido prestada pela SECEX-PI para justificar a renovação da notificação do recorrente em data posterior à intervenção da SERUR, é razoável inferir que a SECEX-PI tenha identificado alguma falha na notificação original. Nesse caso, ao que parece, o descompasso entre a atuação das unidades técnicas teria sido causado pelo longo tempo decorrido entre a emissão do ofício (19/06/2018), sua expedição e seu recebimento pelo recorrente (02/08/2018). É possível que tenha havido algum problema.

Compulsando os autos, observamos que o ofício de notificação original (peça 27) foi remetido não para o endereço residencial do responsável, mas sim para a sede da Prefeitura Municipal. Ocorre que, em 23/05/2018, quando o ofício foi recebido (peça 30), o recorrente já não era mais o prefeito, haja vista que o seu período de gestão se deu entre os anos de 2009 e 2012. Conforme informações obtidas nos sítios do TSE, do município e de jornais locais, o atual prefeito é o Sr. Ismael Monteiro Costa, cujo mandato se iniciou em 04/03/2017, em decorrência do falecimento do então titular, Sr. Epitácio Azevedo Flor.

Diante disso, entendemos que o recurso de reconsideração inicialmente manejado pelo recorrente (peças 33-35), complementado pela documentação que integra as peças 43-46 (segundo recurso), deve ser conhecido. Embora tenha havido o comparecimento espontâneo do responsável aos

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

autos após a primeira notificação, o exame da tempestividade, a nosso ver, restou comprometido, uma vez que o ofício de notificação original não foi encaminhado para o endereço do responsável.

Ainda que se entendesse de forma diversa, o que fazemos apenas para argumentar, há que se considerar que a renovação da notificação pela SECEX-PI (peças 42 e 47) reabriu o prazo para a interposição de recurso pelo responsável. Como o Ofício 0851/2018-SECEX-PI foi recebido pelo ex-prefeito em sua residência em 02/08/2018 (peça 47) e o novo recurso por ele manejado foi apresentado ao Tribunal em 17/08/2018 (peças 43-46), o apelo foi tempestivo, já que interposto no prazo legal de 15 dias contados a partir da notificação.

Assim, à vista das considerações expendidas, e com vênias por dissentir da proposta da Unidade Técnica, manifestamo-nos por que seja conhecido o recurso de reconsideração inicialmente interposto pelo Sr. Irã Monteiro Costa contra o Acórdão 2010/2018-1ª Câmara (peças 33-35), complementado pelos documentos que integram as peças 43-46.

Ministério Público, em 2 de abril de 2019.

(Assinado Eletronicamente)

Marinus Eduardo De Vries Marsico
Procurador